

PANDEMIA DE COVID-19

Defensoria Pública de Minas Gerais ouve pais de alunos e discute soluções para volta das aulas presenciais

Desde o início da pandemia, a DPMG acompanha a situação da educação em todo o estado expedindo recomendações quando necessário e monitorando os trabalhos de retomada das atividades presenciais

[PÁGINA 3](#)

Recomendações em atenção à alimentação e distribuição de material de estudo em Barbacena

[PÁGINA 3](#)

Campanhas de arrecadação de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade

[PÁGINA 4](#)

CASO EUGÊNIO FIÚZA

Homem que ficou 17 anos preso injustamente terá novo julgamento sobre valor da indenização

Defensores públicos farão a sustentação oral na defesa de Eugênio Fiúza de Queiroz, confundido com o “Maníaco do Anchieta”. Sessão virtual está marcada para o próximo dia 27 de abril

A 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais vai julgar, no próximo dia 27 de abril (terça-feira), recurso de apelação interposto pelo Estado de Minas Gerais pleiteando a eliminação ou redução da indenização paga a Eugênio Fiúza de Queiroz, condenado e preso injustamente por 17 anos, confundido com o autor dos crimes de estupro, conhecido como o “Maníaco do Anchieta”.

Eugênio Fiúza é assistido da Defensoria Pública de Minas Gerais e a sustentação oral de sua defesa será feita pelo defensor público Wilson Hallak, acompanhado pela defensora pública Maria Helena de Melo. O julgamento será feito em sessão virtual, a partir das 13h30.

[CONTINUA NA PÁGINA 2](#)

FOTO: Arquivo DPMG



CORONAVÍRUS • COVID-19

Expediente e atendimentos presenciais na DPMG suspensos temporariamente

Veja aqui os canais de atendimento remoto e as Resoluções Conjuntas 002 e 006/2021

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque [PÁGINAS 2, 3 e 4](#)
- > Na mídia [PÁGINAS 2 e 4](#)
- > Inspirando nas atitudes | Publicações [PÁGINA 5](#)
- > Mundo oficial: Homenagem [PÁGINA 5](#)
- > Nota de pesar | Escola Superior [PÁGINA 6](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁGINA 7](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

CONTINUAÇÃO DA CAPA • CASO EUGÊNIO FIÚZA

Homem que ficou 17 anos preso injustamente terá novo julgamento sobre valor da indenização

No processo nº 1.0000.16.061366-7/008, o Estado de Minas Gerais recorre contra sentença proferida em primeira instância que determinou o pagamento de indenizações que totalizam R\$ 3 milhões, por danos morais e existenciais, mais pensão mensal vitalícia de 5 salários mínimos por danos materiais.

Por duas vezes a Defensoria de Minas evitou a redução da pensão paga ao assistido, por meio de liminares contra ações interpostas pelo Estado. Desta forma, Eugênio Fiúza segue recebendo o valor de 5 salários mínimos mensais.

Já a indenização de R\$ 3 milhões ainda não foi paga. No julgamento em primeira instância, o Estado foi condenado a pagar este valor corrigido monetariamente a partir da data do arbitramento da indenização (setembro de 2019) e juros a partir da data do evento danoso, ou seja, em que o assistido foi preso injustamente (18 de agosto de 1995).

Ao interpor o recurso, o Estado de Minas Gerais alega não haver motivo para qualquer indenização porque a prisão e condenação de Eugênio Fiúza teriam ocorrido no “estrito cumprimento do dever legal imposto aos agentes públicos pela lei”. Argumenta ainda não ter havido afronta ao processo legal, ao contraditório e à ampla defesa.

Eugênio Fiúza de Queiroz, assistido pela Defensoria Pública de Minas, foi preso em 1995, depois de ser identificado na rua por uma vítima como autor de estupro. Reconhecido por mais oito vítimas, foi condenado a 37 anos de prisão em cinco processos criminais.

[Leia a matéria na íntegra](#)

NA MÍDIA

Estado pede redução da indenização a homem confundido com ‘maníaco do Anchieta’

[Portal O Tempo](#)

TJMG julga na 3ª recurso contra indenização a preso injustamente por 18 anos

[Blog do Orion Teixeira](#)

[Além do Fato](#)

Homem que ficou preso injustamente confundido com ‘maníaco do Anchieta’ terá novo julgamento sobre indenização

[G1 Minas](#)

PANDEMIA DE COVID-19 • NA MÍDIA

Defensor público fala sobre o trabalho do Tribunal do Júri durante a pandemia no programa Via Justiça



[Para assistir, clique aqui.](#)

O defensor público Aender Aparecido Braga, em atuação na 2ª Defensoria Criminal da Capital, participou do programa Via Justiça, junto com o juiz Ricardo Sávio de Oliveira, do 2º Tribunal do Júri. Na pauta, os efeitos da pandemia e os princípios que regem o Tribunal do Júri.

Durante o programa os convidados explicaram as regras estabelecidas para a realização dos julgamentos, como estão acontecendo as sessões do Tribunal do Júri durante a pandemia do coronavírus.

O programa Via Justiça é produzido pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), sempre com temas jurídicos, de interesse dos cidadãos.

PANDEMIA DE COVID-19 • AÇÕES EM DESTAQUE

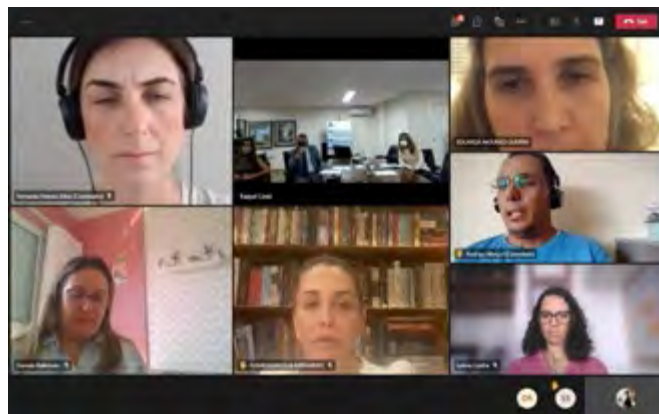
Defensoria Pública ouve pais de alunos e discute soluções para volta das aulas presenciais

Com o objetivo de debater soluções para a volta presencial das aulas, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) se reuniu na segunda-feira (19/4) com representantes de pais de alunos e a vereadora Fernanda Altoé, de Belo Horizonte.

Participaram do encontro virtual, pela Defensoria Pública, o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares; a chefe de Gabinete da Defensoria Pública-Geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; a assessora de Administração Estratégica e Inovação, Letícia Fonseca Cunha; a coordenadora Caroline Loureiro Goulart Teixeira (regional de Famílias e Sucessões da Capital); e a defensora pública Daniele Bellettato Nesrala, em atuação na Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível (DEINJ-Cível).

Representaram os pais de alunos de escolas particulares as advogadas Paula Mourão e Juliana Bernardes, além da médica Stella Sala. Os pais de alunos de escolas públicas foram representados por Rodrigo Marçal.

A Defensoria Pública ouviu as reivindicações dos pais



e informou sobre a atuação da Instituição relacionada às escolas durante a pandemia.

A Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível tem, desde o início da pandemia de Covid-19, acompanhando a situação da educação, não só em Belo Horizonte, como também em todo o estado, expedindo recomendações quando necessário e monitorando os trabalhos de retomada das atividades presenciais.

DPMG em Barbacena emite recomendações em atenção à alimentação e distribuição de material de estudo durante a pandemia de Covid-19

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Barbacena, por meio das defensoras públicas Cássia Rejane Chiericatto e Darcilene da Consolação Neves Pereira, ambas em atuação na área de Família, Infância e Juventude Cível, encaminharam recomendações à Prefeitura e à Superintendência Regional de Ensino de Barbacena em atenção ao público estudantil do município.

Em conjunto com o Ministério Público, a DPMG recomenda a manutenção do serviço de alimentação suplementar, com a distribuição de kits alimentares, cestas básicas ou outras medidas que garantam a segurança alimentar principalmente para alunos em situação de vulnerabilidade.

No documento, recomenda-se que a distribuição aconteça em até 20 dias, sugerindo, em caso de necessidade, o uso dos veículos de transportes escolares para a entrega. A recomendação ressalta a importância de se observar a continuidade deste fornecimento, não ultrapassado 60 dias, até que se reestabeleça o ensino presencial.

Para a Prefeitura de Barbacena, a Defensoria Pú-

blica expediu, ainda, a Recomendação nº 02/2021 para a elaboração e o envio do protocolo de medidas para o retorno às atividades presenciais das instituições de ensino de Barbacena, inclusive relacionadas ao transporte e fornecimento de merenda escolar.

Plano de Estudo Tutorados (PET's) – A Defensoria Pública de Minas Gerais enviou também ofício à Superintendência Regional de Ensino de Barbacena e aos gestores das escolas da Rede Estadual de Ensino da comarca sobre o fornecimento gratuito do material de estudo. De acordo com as defensoras públicas, a DPMG tem recebido reclamações de pais de alunos que estão tendo que comprar em papelarias os PET's impressos. No documento, a Defensoria Pública recomenda que seja providenciadas a impressão e a distribuição, de forma gratuita, aos alunos que não possuem ao material virtual.

[Clique aqui para ler a Recomendação nº 01/2021.](#)

[Clique aqui para ler a Recomendação nº 02/2021.](#)

[Clique aqui para ler o Ofício nº 495 dc /2021.](#)

PANDEMIA DE COVID-19 • AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG lança campanha de arrecadação de cestas básicas em Teófilo Otoni

Iniciativa extrajudicial de alcance social vai ajudar na subsistência de famílias vulneráveis no período de maior severidade da pandemia

Em mais uma iniciativa que busca reduzir os impactos da pandemia de Covid-19 na sobrevivência das famílias assistidas pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), a Instituição está promovendo uma campanha de arrecadação solidária em Teófilo Otoni. Com o nome “Salve – Solidariedade que Alimenta e Liberta a Voz Esquecida”, o projeto vai arrecadar cestas básicas que serão destinadas às famílias assistidas pela Defensoria Pública e também às famílias cadastradas nos CRAS e CREAS dos municípios que compõem a comarca de Teófilo Otoni.

A realização do projeto foi motivada pela peculiar situação vivenciada pelos assistidos da Instituição, que são economicamente vulneráveis e tendem a ser mais atingidos pelas consequências diretas e indiretas da pandemia.

As pessoas que puderem doar cestas básicas e ajudar na campanha devem deixar as doações, até o dia 7

de maio, de segunda à sexta, das 13 às 17 horas, na sede da Defensoria Pública, na Avenida Dr. Julio Rodrigues, nº 920, 2º andar, Bairro Marajoara. A Defensoria Pública vai convidar também empresas e instituições que possam e queiram contribuir com o projeto.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Serviço: Campanha de arrecadação de cestas básicas

Projeto “Salve – Solidariedade que Alimenta e Liberta a Voz Esquecida”

- Entrega de doações: Até 7/5 – segunda à sexta, das 13 às 17 horas, na Unidade da DPMG em Teófilo Otoni – Avenida Dr. Julio Rodrigues, nº 920, 2º andar, Bairro Marajoara.
- Público-alvo: Famílias vulneráveis assistidas pela DPMG e famílias cadastradas nos CRAS e CREAS dos municípios da comarca de Teófilo Otoni.

Campanha de arrecadação solidária para pessoas em situação de rua

A Defensoria Pública de Minas Gerais está apoiando uma campanha de arrecadação solidária promovida pela Associação Banho de Amor. Estão sendo arrecadados itens como sanduíches, biscoitos, chocolates individuais, paçoquinhas, leite em pó, roupas, chinelos, cobertores, máscaras e produtos de higiene pessoal, como sabonete, pasta e escova de dentes, detergente, fraldas, álcool em gel e xampu.

As doações devem ser entregues até o dia 31 de maio na portaria da Sede I da DPMG em Belo Horizonte – Rua dos Guajaras, nº 1707, no Barro Preto.

Campanha de arrecadação de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade

Mais de 300 famílias em situação de vulnerabilidade em várias localidades do município poderão ser beneficiadas por meio de campanha em parceria da DPMG com o Tribunal de Justiça na comarca de Caratinga.

Serão aceitos alimentos como açúcar, arroz, feijão, café, farinha de mandioca, farinha de trigo, macarrão, sal, fubá, extrato de tomate e óleo de soja, entre outros.

As doações podem ser entregues até o dia 14 de maio na sede da DPMG em Caratinga, no Fórum Desembargador Faria e Souza – Rua Luís Antônio Bastos Cortês 16, sala 507, 5º andar, bairro Rodoviários.



NA MÍDIA

BANHO DE AMOR

Defensoria arrecada alimentos e produtos de higiene para moradores de rua de BH; veja como ajudar

[Portal Hoje Em Dia](#)

Defensoria arrecada doações para moradores de rua de BH: saiba como ajudar

[Portal O Tempo](#)

MUTIRÃO DE PONTE NOVA

Defensoria Pública abre inscrição para conciliação familiar de forma virtual

[Bom Dia Minas](#)

Mutirão da Defensoria Pública resolve conflitos para pessoas com baixa renda na região de Ponte Nova, na Zona da Mata

[G1 - Bom dia Minas](#)

INSPIRANDO NAS ATITUDES

Defensores mineiros participam de live da 'Jornada de Autismo' e abordam leis e inclusão nas áreas educacional e social

Os defensores públicos Estevão Machado de Assis Carvalho, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro e a defensora pública Fernanda Cristiane Fernandes H. Milagres participaram da Jornada de Autismo no SIEESP “Tenho um aluno autista, e agora?”.

Sob a moderação da advogada Tânia Carvalho, a defensora e os defensores mineiros debateram o tema “Leis e inclusão do Autismo – A contribuição na área educacional e social”.

O evento é promovido pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (SIEEESP) e a Jornada acontece dentro das comemorações do Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Em função da data, abril é o mês de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista – TEA.

A jornada encontra-se disponível no canal do SIEESP no Youtube.

[Clique aqui para assistir.](#)

PUBLICAÇÕES

Defensor público de Minas Gerais tem artigos publicados em sites jurídicos

O portal Consultor Jurídico (Conjur) e o site Empório do Direito publicaram, na semana, dois artigos de autoria do defensor público e membro do Conselho Superior da DPMG, Gustavo Dayrell.

“A atuação da Defensoria Pública de MG no controle concentrado de constitucionalidade”, publicado no Conjur em 20/4.

[Clique aqui para ler o artigo](#)

“O processo estrutural e a desvinculação do DETRAN da Polícia Civil de Minas Gerais à luz da ADI n. 6773”, publicado no Empório do Direito em 21/4.

[Acesse aqui o site para ler o artigo](#)



MUNDO OFICIAL • HOMENAGEM

Defensora pública é homenageada pela Câmara de Uberlândia pela luta em defesa das mulheres

A defensora pública Bárbara Silveira Machado Bissochi, em atuação na unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais em Uberlândia, foi homenageada pela Câmara Municipal do município no último dia 19 de abril. Ela recebeu o Diploma de Honra ao Mérito por sua atuação e contribuição à luta das mulheres.

A homenagem é parte das celebrações pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, mas que foi extemporânea neste ano por conta das restrições de biossegurança impostas pela pandemia de Covid-19. A iniciativa foi das sete vereadoras no município, que concederam o diploma a 27 mulheres em atuação em diferentes áreas.

NOTA DE PESAR

Falecimento do deputado Luiz Humberto Carneiro

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais lamenta, com imenso pesar, o falecimento do deputado estadual Luiz Humberto Carneiro.

Em 30 anos de vida pública e em seis mandatos como parlamentar, Luiz Humberto pontuou sua trajetória a serviço da população e do desenvolvimento de Minas Gerais, destacando-se pela expressiva atuação em favor de pessoas com deficiência. Foi também um grande e permanente parceiro da Defensoria Pública, apoiando de forma inestimável a Instituição e trabalhando pelas causas em favor dos cidadãos mais vulneráveis.

Aos familiares e amigos, manifestamos nossas sinceras condolências e solidariedade.



ESCOLA SUPERIOR

Esdep divulga contemplados no sorteio para o Curso de Extensão em Direitos da Criança e do Adolescente da Edepe, São Paulo

A Esdep informou, no dia 19/4, o resultado do sorteio para participação no Curso de Extensão em Direitos da Criança e do Adolescente idealizado pela Escola da Defensoria de São Paulo (Edepe), em parceria com o Núcleo Especializado da Infância e Juventude.

CONTEMPLADOS: 1- Eduardo F.G.Rodrigues; 2- Edileuza Fernandes Moraes; 3- Mônica Alves da Costa; 4- Raquel

Fernanda Tenório Seco; 5- Fernanda Farah Barbosa da Silva Galvão; 6- Heitor Baldez; 7- Cássia Rejane Chiericato; 8- Luana Borba Iserhard; 9- Juliana Nunes Telesforo; e 10- Kassiane Moro Barbosa

SUPLENTE: 1- Ana Paula Lopes de Freitas; 2- Janayna Marrocos Macaúbas Tôres; 3- Karina Roscoe Zanetti; 4- Mariana Bissoni de Souza; e 5- Luciana Bravo Guerrero.



PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

PJe Criminal expande para 48 comarcas e para o Juizado Criminal de BH

A partir do dia 26/4, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) Criminal chega a 48 comarcas de entrância inicial (Justiça Comum e Juizados Especiais), no Juizado Especial de Belo Horizonte e nos Juizados Especiais das 27 comarcas que receberam o processo eletrônico em 6 de abril. Clique no link abaixo para ver o cronograma de implantação do Pje Criminal pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

[Cronograma](#)

Memorando Conjunto da Defensoria-Geral e da Corregedoria traz orientações sobre o PJe Criminal

Por meio do Memorando Circular Conjunto nº 001/2021/DPMG/Corregedoria-Geral, o defensor público-geral do estado e o corregedor-geral da DPMG apresentam orientações com a finalidade de conduzir as defensoras e defensores públicos para se organizarem e se familiarizarem com o sistema Pje) que abrangerá os processos criminais de todo o estado.

[Clique aqui para ler o documento.](#)

DPMG abre inscrição para composição do Núcleo Estratégico da Execução Penal

Inscrição por meio do e-mail gabinete@defensoria.mg.def.br, até às 23h59 do dia 30 de abril de 2021, acompanhada de currículo, bem como de informações e documentos relativos à atuação institucional.

As atividades do Núcleo deverão ser executadas na sede localizada na comarca de Belo Horizonte, com início previsto para o dia 17 de maio de 2021.

[Resolução nº 153/2021](#)

Instrução da Corregedoria-Geral sobre a função institucional de Curadoria Especial

Por meio da Instrução Normativa nº 013/2021/CGDPMG, o corregedor-geral da DPMG comunica instruções sobre o exercício da função institucional de Curadoria Especial e revoga a Instrução Normativa nº 03/2009/CGDPMG.

[Clique aqui para ler a Instrução Normativa nº 013/2021/CGDPMG.](#)